

Academia Nacional de Cuidados Paliativos

Fundada em fevereiro de 2005, Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), em seu compromisso com a sociedade, empenha-se há mais de 10 anos no incentivo à educação, assistência e pesquisa sobre Cuidado Paliativo em instituições de saúde em todo o Brasil, atuando também pelo reconhecimento da especialidade entre os profissionais de saúde. Conta atualmente com mais de 1000 associados e estima que existam em torno de 160 instituições com equipes de cuidados paliativos no País, incluindo desde os hospitais de referência, como também as principais instituições públicas.

Os Cuidados Paliativos, de acordo com definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) editada em 2002, são uma abordagem ou tratamento que melhora a qualidade de vida de pacientes e familiares diante de doenças que ameacem a continuidade da vida. Para tanto, é necessário avaliar e controlar de forma impecável não somente a dor, mas, todos os sintomas de natureza física, social, emocional e espiritual.

Esse atendimento é realizado por uma equipe multidisciplinar, podendo incluir médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, capelães, assistentes sociais entre outros profissionais associados envolvidos na assistência à saúde. Esses profissionais atuam no objetivo de cuidar do bem-estar do paciente e de sua família durante o tratamento, seguindo a recomendação da OMS e os princípios fundamentais do Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina.

O reconhecimento da importância dos trabalhos realizados pelas equipes de Cuidados Paliativos tem crescido no mundo. Em países europeus, como a Inglaterra, esses serviços são custeados pelo governo ou por doações e a medicina paliativa é reconhecida como especialidade médica, assim como ocorre nos Estados Unidos.

No Brasil, após a fundação da ANCP, houve um avanço na regularização profissional do serviço, estabelecendo-se critérios e definições mais precisas sobre o que é o trabalho das equipes de paliativistas. Essa discussão foi levada para o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Médica Brasileira (AMB). Em 2009, o CFM incluiu em seu novo Código de ética médica, os Cuidados Paliativos como princípio fundamental.

A Academia Nacional de Cuidados Paliativos estima que nos próximos anos haverá aumento na demanda por serviços de Cuidados Paliativos e por profissionais especializados, graças à regularização profissional, promulgação de leis, a necessidade dos serviços de saúde em ter uma equipe de Cuidados Paliativos para receber uma acreditação internacional como a *Joint Commission International* e a quebra de resistências e maior exposição do trabalho para o grande público. A ANCP e seus parceiros lutam para que isso de fato se torne realidade, pois está provado que Cuidados Paliativos promovem aumento da qualidade e tempo de vida dos pacientes, além de promover melhor gestão com diminuição consequente de custos das instituições de saúde.

Os Cuidados Paliativos no Brasil

Os Cuidados Paliativos são reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1990 que, desde então, tem se esforçado para colocar o tema na agenda mundial, inclusive, promovendo a evolução do conceito. Na última revisão a OMS alterou a definição para “uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes (adultos ou crianças) e de seus familiares que enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a vida. Previne e alivia sofrimento por meio da investigação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e de outros problemas ‘físicos, psicossociais ou espirituais’”.

De acordo com relatório divulgado pela OMS, as iniciativas de cuidados paliativos no Brasil ainda não são suficientes. No documento, os países foram classificados em quatro grupos, de acordo com o nível de desenvolvimento do cuidado paliativo, sendo 1 o pior e 4 o melhor. O Brasil ficou no grupo 3A (sendo o 3A considerada uma classificação inferior a 3B), com outros 94 países. Para se ter uma ideia segundo relatório da The Economist Intelligence Unit de 2015, o Brasil está na 42ª colocação abaixo de países latino-americanos como Equador, Uruguai e Argentina e de países africanos como Uganda e África do Sul, mas a frente da Venezuela que encontra-se na 45ª.

Segundo a Worldwide Hospice Palliative Care Alliance (WHPCA), organização internacional não governamental que se concentra no desenvolvimento dos Cuidados Paliativos e Hospices no mundo, em apenas 20 países os Cuidados Paliativos estão bem integrados ao sistema de saúde e o Brasil não está entre eles. E de acordo com levantamento recente realizado pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), atualmente no Brasil existem em torno de 160 equipes especializadas em Cuidados Paliativos (a lista completa está disponível em nosso site: www.paliativo.org.br). Considerando que o país conta com mais de 5 mil hospitais, sendo pelo menos 2500 com mais de 50 leitos, nota-se que a demanda por atendimento de cuidado paliativo é muito superior à oferta disponível hoje.

Analisando a Classificação Internacional de Doenças (CIDs) de pessoas que morreram, conforme estudo publicado em 2017, estima que dependendo do critério utilizado, de 24% a 68% dos óbitos registrados no Brasil teriam necessidades de Cuidados Paliativos. Em números absolutos, referentes aos 1.227.039 óbitos registrados no Brasil no ano de 2014, entre 294.489 a 834.387 pessoas por ano teriam necessidades de Cuidados Paliativos no país.

A WHPCA estima que 40 milhões de pessoas precisam deste atendimento anualmente no mundo, incluindo 20 milhões no final da vida. Porém apenas 14% dessa necessidade de amparo está sendo atendida no final da vida, menos de 10% no total. O desafio aumenta, pois estima-se que 78% dos que necessitam receber os cuidados de profissionais paliativistas vivem em países de baixa e média renda, e que menos de 1% das crianças que precisam da assistência estão sendo atendidas.